

COMISSÃO MUNICIPAL DE ADAPTAÇÃO À MUDANÇA DO CLIMA CMMC

60ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CMMC

18 de outubro de 2023 | local: Sala de Reuniões SEMAM | Horário: 09h30

Coordenador: Marcos Oliveira Libório (SEMAM)

Vice Coordenador: Eduardo Kimoto Hosokawa (SECLIMA/SEMAM)

Relator: Thiago Luiz Silva (SEMAM)

Representantes presentes: Srs. Secretário de Meio Ambiente Marcos Libório (Coordenador), Eduardo Kimoto (Vice Coordenador), Edson Zeppini (GPM), Rosana Alo Braga (SEDURB), Ilza Melo Nigra (SECOM), Priscila Longobardi (SIEDI), Adilson Luiz Gonçalves e Eliana dos Santos Mattar (SEPORTE), Franco Cassol (Defesa Civil), Carlos Tadeu Eizo (SESERP), Ernesto Kazuo Tabuchi (SEGOV) e José Antônio Oliveira Rezende (FPTS).

Ausências justificada: SMS.

Convidados: Alexandre Nunes Mendes (SMS).

Memória da Reunião

Pauta da Reunião:

1. Leitura e Aprovação das Atas anteriores;
2. Plano de Ação Climática de Santos – PACS;
3. Assuntos gerais.

O Coordenador Sr. Marcos Libório agradeceu a presença de todos de início a reunião.

No item 1, foi decidido que as Atas das reuniões anteriores serão postas em aprovação na reunião posterior.

No item 2, o Vice Coordenador Sr. Eduardo Kimoto participou sobre o Plano de Ação Climática (PACS) e informou que na última reunião foi acordado que cada secretaria encaminhasse o mapeamento e análise das metas até a reunião de novembro, priorizando as metas de curto prazo para a publicação do Plano Operativo Anual (POA) entre os períodos de dezembro e janeiro, sendo assim possível fazer o acompanhamento, ajustes e correções dentro desta primeira impressão. Apresentou exemplos de ações, onde cada secretaria precisa apontar

Praça dos Expedicionários, 10 – 9º andar – Gonzaga - Santos - SP

CEP 11.065-922 - Tel.: (13) 3226-8080 - cmmc@santos.sp.gov.br



suas metas e indicadores, trazendo assim a realidade de como cada meta monitorada. Explicou que o acompanhamento deverá ser feito ano a ano assim como ocorre no POA do Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica (PMMA) e que deverão ser buscadas parcerias e alinhamento das ações que tangenciam múltiplas secretarias. Foi apontado questões de legislação e citada a criação de Inventário de Gases de Efeito Estufa (IGEE) que depende de alterações na parte legislativa. O Vice Coordenador destacou que estão sendo feitos trabalhos em busca do IGEE e que este é um passo importante. Sra. Rosana pontuou sobre metas que dependem de fatores externos e que acabam sendo indicados como não cumpridos. Sr. Carlos complementou informando de questões tratadas com o Ministério Público sobre o cumprimento de metas e sobre a dificuldade de designar metas para outras secretarias e ações não exclusivas que dependem de terceiros. O Vice Coordenador ressaltou que o objetivo é que cada secretaria exponha a execução e metas discutidas em comissão. Em seguida, apresentou a planilha e apontou que o próximo passo é a discussão dentro de cada secretaria para entrega até a reunião de novembro se possível.

No item 3, assuntos gerais, o Coordenador participou sobre reunião ocorrida no dia 17/10 com o Sr. Oliva sobre questões de drenagem e balneabilidade e ressaltou a importância de trabalhos integrados entre a SEMAM, SESERP, SEPREF, Defesa Civil e a Universidade Santa Cecília. Pontuou que as questões de drenagem necessitam de atualização e ampliação dentro do PACS e ressaltou que existem questões que por vezes são tratadas fora da CMMC, porém estão diretamente conectadas ao PACS. Apontou a importância de adaptar as operações das comportas e a capacidade de reservação hidráulica dos canais devido as alterações climáticas que por vezes acabam por afetar a região. Informou que na última reunião do COMDEMA houve apresentação da Defesa Civil sobre o PPDC e sobre ações diretas na mitigação de riscos. Apontou a necessidade de integração das secretarias e alocação de recursos e destacou que tais ações estão abrangidas pelo PACS. O Vice Coordenador apresentou duas imagens com mapa de precipitação acumulada e massas de calor. Sr. Franco participou que a primeira imagem destaca as influências dos anos de El Niño, favorecendo o período de chuvas na região sul do país e informou que o litoral de São Paulo acaba influenciado por eventos que provém do Sul, aumentando a quantidade de chuvas em Santos e região e a segunda imagem apresenta a onda de calor no Brasil que afetou de forma demasiada o interior do país, e que ambas as informações demonstram a incidência das chuvas de verão. Sr. Alexandre participou que tais fenômenos afetam diretamente as incidências de dengue e que as avaliações larvárias apontam o crescimento populacional do *Aedes Aegypti*, além de haver riscos para a exposição da população aos casos de dengue tipo 3 na região. O Vice Coordenador apontou sobre as rajadas de vento que afetam as arborizações urbanas. Sr. Ernesto destacou que as rajadas de

ventos e ressacas estão cada vez mais frequentes e intensas e que já não há mais período específico e participou sobre o Plano Municipal de Contingência para Ressacas e Inundações. Sr. Adilson lembrou que partiu da comissão a indicação para que o Ministério de Meio Ambiente contatasse na época o Ministério de Infraestrutura para incluir os portos na análise de mudanças climáticas assim como é feito na prefeitura, e que por conta disto foram estudados 21 portos e selecionados 3 para um estudo mais profundo, sendo um destes o porto de Santos, ao final de 2021 foi feita a contratação de uma empresa para o monitoramento ambiental, incluindo um IGEE e análise dos impactos das atividades na região e arredores do porto. Comunicou sobre TAC entre a Autoridade Portuária de Santos (APS) relativo ao projeto-piloto dos *geobags* e expansão. Pontuou sobre a inclusão de Sistema de Gestão de Tráfego de Embarcações (VTMIS) que faz o monitoramento climático e da movimentação de embarcações, aumentando questões de segurança inclusive como pirataria e tráfico de drogas. Por fim sugeriu o convite da equipe técnica para apresentação e esclarecimentos sobre a instalação do sistema VTMIS. Sr. Ernesto comunicou sobre saneamento básico e apontou sobre drenagem, cuja manutenção é feita pela SEPREF, investimento pela SESERP e fiscalização pela SEMAM, e que é necessário o alinhamento das ações destes. Sr. Adilson complementou com a informação de que o último cadastramento dos pontos de drenagem do município foi feito pela PRODESAN em 1991 e que devido a déficit de informações não é possível produzir uma simulação precisa de chuvas intensas e marés. Sr. Alexandre informou da importância do acesso da SMS aos dados de drenagem para ações de controle de zoonose e planejamento de ações. Sem mais nada a ser tratado no momento, à reunião foi encerrada.

MARCOS OLIVEIRA LIBÓRIO
COORDENADOR DA CMMC